



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025

1. APRESENTAÇÃO

1.1. A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

A SALVADORPAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZACAO DE ATIVOS DE SALVADOR, criada através da Lei Municipal nº 8.421 de 15 de julho de 2013, tem o objetivo de apoiar o Poder Executivo na implementação de ações e parcerias estratégicas que desonerem o custeio da máquina administrativa e que atraiam novos investimentos que gerem riqueza, emprego, renda e oportunidades de desenvolvimento econômico e social para o município, firmando parcerias com o setor privado, atua no âmbito do Plano Integrado de Concessões e Parcerias de Salvador – PICS.

1.2. CONTEXTO OPERACIONAL

A SALVADORPAR, como Sociedade de Economia Mista de acordo com o art.7º da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vem implementando ações para a aplicabilidade da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

Nesse contexto, as ações são adotadas com vistas que ao fim de cada exercício social, a companhia fará a escrituração mercantil, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC e de acordo com os padrões internacionais de Contabilidade, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

As demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - Balanço Patrimonial
- II- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- III - Demonstração do Resultado do Exercício;
- III - Demonstração do Resultado Abrangente; e
- IV - Demonstração do Fluxo de Caixa;

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em consonância com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), bem como as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela diretoria considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação e apresentação

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeitos sobre as demonstrações financeiras.

3.2 Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$, moeda funcional da Companhia).

3.3 Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas e de mensuração

Julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia exige que a Administração exerça julgamentos, formule estimativas e adote premissas que impactam os valores registrados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações relativas a passivos contingentes, na data-base das demonstrações.

Entretanto, a incerteza inerente a tais premissas e estimativas pode resultar em desfechos que demandem ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos ou passivos em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração realizou julgamentos que produzem efeitos mais significativos sobre os montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relacionadas às fontes de incerteza nas estimativas futuras, bem como outras fontes relevantes de incerteza existentes na data do balanço, que envolvem risco significativo de ocasionar ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no exercício seguinte, estão descritas a seguir.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não mantém provisões para contingências cíveis, trabalhistas, tributárias ou regulatórias, uma vez que, até a presente data, não houve qualquer evento específico que tenha originado discussões judiciais ou atuações relacionadas a tais matérias.

4. Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito desta Companhia são:

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

São registrados pelo valor nominal e apresentados no Ativo Circulante.

4.2. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo quando relevantes, são ajustados ao seu valor presente, considerando taxa de desconto que reflita as condições de mercado à data da transação.

O ajuste é apropriado ao resultado como receita ou despesa financeira ao longo do prazo da operação.

4.3. Classificação dos Ativos e Passivos

Ativos

- Circulante: realizáveis até o término do exercício social subsequente.
- Não circulante: realizáveis após o exercício seguinte (Realizável a Longo Prazo, Investimentos,

Imobilizado e Intangível).

Passivos

- Circulante: obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte.
- Não circulante: obrigações exigíveis após esse prazo.

A classificação considera o ciclo operacional da entidade, quando aplicável.

4.4. Provisões

São reconhecidas quando:

- Existe obrigação presente (legal ou não formalizada);
- É provável a saída de recursos;
- O valor pode ser estimado com confiabilidade.

São mensuradas pelo valor presente da melhor estimativa do desembolso esperado.

Contingências possíveis são divulgadas em nota explicativa, e contingências remotas não são reconhecidas nem divulgadas.

4.5. Instrumentos Financeiros – Definição e Classificação

Instrumento financeiro é qualquer contrato que origine um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra.

São classificados conforme sua natureza e modelo de negócio da entidade, podendo ser mensurados ao:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio do resultado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.6. Ativos Financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação (quando aplicável) e posteriormente mensurados conforme sua classificação. Incluem caixa e equivalentes de caixa, contas à receber, aplicações financeiras, outros direitos contratuais.

4.7. Passivos Financeiros

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, salvo quando classificados ao valor justo por meio do resultado. Incluem fornecedores, empréstimos e financiamento, debêntures, outras obrigações contratuais.

4.8. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando declarados pela Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio (JSCP) são contabilizados como despesa financeira, líquidos do benefício fiscal, conforme legislação vigente.

4.9. Impostos e Contribuições Correntes

Representam tributos calculados com base no lucro tributável do período, conforme legislação fiscal aplicável.

São reconhecidos no resultado do exercício e registrados no passivo até sua liquidação.

4.10. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, reconhecendo receitas quando realizadas e despesas quando incorridas, independentemente do pagamento ou recebimento.

Inclui receitas operacionais, custos, despesas operacionais, resultado financeiro e tributos sobre o lucro.

4.11. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da DVA – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R') – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>
Bancos	1,00
Aplicações	<u>1.796.069,49</u>
Total	1.796.070,49

Os recursos financeiros da empresa estão alocados nas Contas Movimento e Aplicações do Banco Brades e Banco do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de **R\$ 1.769.070,49**, composto por bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata.

6. OUTROS CRÉDITOS - CIRCULANTE

	<u>31/12/2025</u>
Adiantamentos a Fornecedor	<u>43,46</u>
Adiantamento a Empregados	<u>25.610,56</u>
Tributos a Recuperar	<u>404.903,88</u>
Total	430.557,90

Os Outros Créditos compreendem créditos com Adiantamento a Fornecedores, Adiantamento a Empregados por pagamento antecipado de férias no dia 26/12/2026, para colaboradores com início de gozo de férias em 05/01/2026, e Tributos a Recuperar referente a IRRF sobre Folha de Pagamento, Aplicações e Serviços Prestados com retenção.

7. TÍTULOS À RECEBER

	<u>31/12/2025</u>
Caução de aluguéis	<u>66.000,00</u>
Total	66.000,00

Refere-se a caução de aluguéis

8. INVESTIMENTOS

	31/12/2025
Cia de Securitização de Salvador	1,00
Total	1,00

Refere-se ao caução pago antecipadamente à COIMBRA, conforme contrato de locação da sala onde a companhia está situada, no valor equivalente à 03 aluguéis mensais.

9. IMOBILIZADO

	31/12/2025
Móveis e Utensílios	768.155,70
Máquinas e Equipamentos	113.552,00
Computadores e Periféricos	128.794,22
(-) Depreciações	(-) 206.524,99
Total	803.976,93

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, revisada periodicamente pela Administração.

Os gastos com manutenção e reparos são reconhecidos no resultado quando incorridos, enquanto os investimentos que resultam em aumento da vida útil ou da capacidade econômica dos ativos são capitalizados.

A Companhia não identificou indícios de perda por desvalorização dos ativos imobilizados na data-base das demonstrações financeiras.

10. ITANGÍVEL

	31/12/2025
Licença de Software	47.440,38
Total	47.440,38

As licenças de software adquiridas pela Companhia estão registradas no ativo intangível pelo custo de aquisição, e serão amortizadas quando perderem a utilidade ou tornarem-se obsoletas.

11. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia mantinha obrigações com fornecedores, principalmente, da contratação de serviços técnicos, especializados, contábeis, de auditoria, entre outros, necessários à sua fase de estruturação e operacionalização.

Os saldos de fornecedores registrados no passivo circulante estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025
Fornecedores Nacionais	502.454,19
Total	502.454,19

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2025
INSS a Recolher	136.516,24
FGTS a Recolher	36.476,56
INSS Conselheiro	6.732,00
Total	179.724,80

O saldo das obrigações sociais no período estão relacionadas com as remunerações da competência 12/2025.

13. PROVISÕES TRABALHISTAS

A Companhia reconhece provisões trabalhistas de acordo com o regime de competência, com base nos direitos adquiridos pelos empregados e administradores até a data-base das demonstrações financeiras, em conformidade com os pronunciamentos contábeis vigentes.

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões trabalhistas registradas, referem-se, substancialmente, às provisões para férias, e respectivos encargos sociais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Provisões para férias	483.796,22
INSS s/ Provisões para férias	157.930,31
FGTS s/ Provisões para férias	45.361,03
Total	687.087,56

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31/12/2025</u>
(-) Capital Social a integralizar	42.210.000,00
Capital Social Subscrito	77.240.000,00
(-) Prejuízos Acumulados	33.448.666,44
Total	1.581.333,56

O capital social subscrito é de R\$ 77.240.000,00, representado por ações ordinárias nominativas, sendo R\$ 35.030.000,00 integralizados até 31/12/2025.

O resultado acumulado reflete o prejuízo até o período no valor de R\$ 33.448.666,44, decorrente de despesas administrativas, tributárias e de pessoal.

15. RESULTADO DO EXERCÍCIO

	<u>31/12/2025</u>
(-) Prejuízos do Exercício	11.643.475,03
Total	11.643.475,03

O resultado negativo decorre da fase inicial de estruturação da Companhia, não havendo ainda receitas operacionais de securitização. As despesas se referem a pessoal, encargos e custos administrativos básicos.

16. RECEITAS

	<u>31/12/2025</u>
Receitas Operacionais	834.450,00
Receitas Financeiras	530.253,78
(-) Deduções da Receita Bruta	118.909,16
(-) Recuperação de Despesas	7,83
Total	1.245.786,79

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>
Despesas Operacionais	790,00
Despesas com Pessoal	9.611.071,69
Aluguéis e Arrendamentos	284.217,47
Impostos, Taxas e Contribuições	15.847,83
Despesas Gerais	2.950.467,81
Despesas Financeiras	2.234,35

Despesas Tributárias	24.632,67
Total	12.889.261,82


18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para emissão desta demonstração contábil, não ocorreram quaisquer eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2025 que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

19. CONCLUSÃO

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis aplicadas à Sociedade de Economia Mista foi elaborado com a finalidade de apresentar informações adicionais às demonstrações contábeis, no contexto da gestão municipal em 2025, evidenciando aspectos relevantes da situação patrimonial **Salvador Par – Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador**, a fim de tornar mais transparentes os dados contidos nos demonstrativos apresentados.

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS LESSA MENDES**
Data: 24/03/2026 11:27:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MARCOS LESSA MENDES
PRESIDENTE

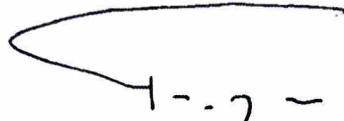
ANTONIO DO CARMO SILVA JUNIOR:03613837544
Assinado de forma digital por
ANTONIO DO CARMO SILVA
JUNIOR:03613837544
Dados: 2026.03.23 16:07:29 -03'00'

ANTONIO DO CARMO SILVA JUNIOR
CONTADOR - CRC/BA 039381-05

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS DE SALVADOR – CDEMS, abaixo assinados, reunidos nesta data, tendo examinado o Relatório da Diretoria com as respectivas Demonstrações Financeiras e demais peças contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, são de parecer que ditos documentos encontram-se em ordem, devendo ser aprovados pelos senhores acionistas.

Salvador, 31 de março de 2026.



Fábio Rios Mota
CPF nº 490.057.235-72



José Antônio Rodrigues Alves
CPF nº 268.682.615-00



Manoel Figueiredo Castro
CPF nº 000.658.957-87



Francisco Novaes Ribeiro Filho
CPF nº 116.212.575-68



Jabes Sousa Ribeiro
CPF nº 036.789.465-34



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

SALVADORPAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZACAO DE ATIVOS DE SALVADOR

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 – NBC TG 26(R5)

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025**

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da

SALVADORPAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZACAO DE ATIVOS DE SALVADOR

CNPJ nº 47.591.869/0001-11

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **SALVADORPAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZACAO DE ATIVOS DE SALVADOR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **SALVADORPAR**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Outros assuntos

3.1. Relatório da Administração

A administração da **SALVADORPAR** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precisadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido sem modificação de opinião.

4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **SALVADORPAR** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **SALVADORPAR** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **SALVADORPAR** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **SALVADORPAR**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **SALVADORPAR** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 25 de março de 2026



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O



Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2

CNAI 4747